

Acusações

Este jornal, através de matéria assinada pela jornalista Lucila Soares, com atuação no JB, fez algumas considerações sobre minha pessoa quando ministro do Planejamento do governo Sarney.

A primeira é de que, através da informação do Sr. Michal Gartenkrait, eu teria levado o presidente Sarney a autorizar despesas fora do Orçamento.

Trata-se de uma mentira, fruto da má-fé ou do despreparo do informante.

O Orçamento foi totalmente respeitado e mais: todas as despesas efetuadas eram dentro da lei, autorizadas pelo presidente, e o que é mais importante, o ordenador de despesas, isto é, quem mandava o dinheiro, era unicamente o Sr. Michal.

A utilização, com prévia autorização do presidente, da reserva de contingência era amparada pela lei, pois a mesma se destina exatamente a escolher despesas não especificadas na lei de meios e mais, houve saldo nesta rubrica.

Em vez de fazer intriga, o Sr. Michal deveria, dentro de sua exclusiva competência, não mandar os recursos conforme a lei obriga; o ordenador de despesas é único e exclusivo responsável pela aprovação do plano de aplicação, cronograma e remessa do dinheiro.

Quanto à acusação de que teria exigido de um prefeito a compra de um alambique, trata-se de brincadeira. Microsina de álcool combustível não é alambique ou então teríamos aí não o pró-álcool e sim o pró-cachaça.

Fui julgado e absolvido por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Minhas contas foram todas, desde a época de Juscelino até a Seplan, aprovadas sem nenhum reparo pelo Tribunal de Contas da União.

O povo me elegeu pela quarta vez.

Assim, não vejo as referências à minha pessoa senão como um café requentado, pois sou hoje o homem público que mais investigações teve e que pode apresentar-se de cabeça erguida perante a nação.

Os meus crimes foram o de tornar o Orçamento que fizemos em 1987 transparente, pois pela primei-

ra vez ele foi remetido unificado ao Congresso e apoiado em um plano de governo.

Fizemos o programa do leite, que atendeu a quase 8 milhões de crianças e foi responsável de 1986 a 1990 pela redução de 40% na mortalidade infantil no Brasil, conforme os organismos internacionais e as estatísticas atestam.

Fizemos, através de mutirão, 318 mil casas populares por um quinto do preço do BNH.

Desejo que este jornal registre um fato que constatei do exame de minhas declarações de renda e patrimônio dos últimos 20 anos.

Cassado pelos militares, sem cargo público e trânsito no governo, em 14 anos fiz 260 projetos industriais e milhares de hectares de agricultura, formando aí, sim, um patrimônio respeitável nos dois sentidos.

Na vida pública como deputado por quatro mandatos e ministro, meu patrimônio diminuiu em 26%.

Peço a publicação desta carta para esclarecer aos leitores e contribuir para melhor informação da jornalista que assina a matéria e/ou de sua fonte. **Atenciosamente, Aníbal Teixeira — Deputado federal**

JORNAL DO BRASIL